

5

Percepções dos adolescentes do Programa Sentinela de Itaboraí sobre a violência física sofrida

5.1

Contextualização do município de Itaboraí

Neste capítulo será traçada a trajetória da pesquisa e os resultados alcançados, contudo, *a priori*, será feita uma contextualização do município de Itaboraí, território onde está situada a instituição de apoio da pesquisa realizada. Conhecer, mesmo que brevemente algumas características do município, faz-se necessário para localizar a região desta pesquisa, a história, a economia, os serviços oferecidos pela Assistência Social no município e outros fatores importantes que irão refletir na população usuária do Programa Sentinela de Itaboraí.

O nome Itaboraí é de origem tupi e significa, “Pedra Bonita escondida na água”. O município integra a região metropolitana do Rio de Janeiro junto com os seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Itaboraí limita-se ao norte com Cachoeira de Macacu e Guapimirim, ao sul com Maricá, a leste com Tanguá e a oeste com São Gonçalo e Baía de Guanabara.

Itaboraí compreende 439,3 km² de área e uma densidade demográfica de 436, 71 habitantes/km². Segundo dados do IBGE (2004), o município possuía uma população de 210.735 habitantes em 2003. A população na faixa etária de 10 a 14 anos de idade era de 17.489 e de 15 a 19 era de 18.115. O município registrava no ano supracitado uma taxa de analfabetismo de 12,4% de crianças e idosos.

A história recente desse município começou com o processo de colonização dos portugueses no século XVI, pois até a colonização só quem residia nessas terras, hoje chamada Itaboraí, eram os índios tamoios. O povoamento e a prosperação econômica da Freguesia de Itaboraí se iniciou com a implantação das lavouras e engenhos de açúcar, após as doações das sesmarias em 1696. Mas em 1833 a Freguesia emancipa-se, e Itaboraí torna-se um Município e, aos 22 dias do mês de maio, do mesmo ano, foi construída a Câmara Municipal pelo engenheiro militar alemão Júlio Frederico Koeller, amigo

de D. Pedro II. É importante informar que neste dia é comemorado o aniversário da cidade.

A prosperação econômica da região manteve-se até 1860, baseada no cultivo de cana-de-açúcar, sendo considerada uma das regiões fluminenses mais ricas. O escoamento das mercadorias do município e das regiões circunvizinhas era realizado pelo Porto das Caixas situado em Itaboraí. A hegemonia do porto vigorou até a construção da Estrada de Ferro Carril Niterói. A cidade de Niterói naquele momento era província do Rio de Janeiro, porque, com a existência da estrada, o porto perdeu sua utilidade comercial, resultando posteriormente em seu fechamento. O escoamento da produção de café pela Estrada de Ferro era mais vantajoso, sobretudo para as regiões de Cantagalo e Friburgo.

Aproximadamente nesse período é importante destacar o surgimento de uma febre endêmica, que vitimizou parte da população escravocrata e colaborou com o declínio da agricultura na região.

O fechamento do Porto das Caixas, a febre endêmica e a abolição dos escravos (1888) foram os fatores fundamentais para a decadência econômica do município, perdurando até o século XX. Mas, a superação desta decadência econômica teve início com o processo de industrialização do país que, conseqüentemente, trouxe a instalação de indústrias para Itaboraí, e para os municípios circunvizinhos, impulsionando indiretamente a economia do mesmo. Mas com a inauguração da Ponte Rio-Niterói em 1974, o município adquiriu maior visibilidade, por ter facilitado o acesso das pessoas da capital à Região Metropolitana, como também desta região para a capital.

Atualmente as atividades econômicas do município baseiam-se nos setores de serviços, comércio, manufatura de cerâmica (decorativa e utilitária), fruticultura, especialmente a citricultura, agricultura de subsistência, apicultura, pecuária, extrativismo mineral, indústria de transformação, agroturismo. Em 2001 as atividades de comércio e de serviços concentravam 79% e as de indústria 21%. No ano de 2006, Itaboraí foi contemplado com o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro que será construído em Porto das Caixas.

Itaboraí é um município ainda em desenvolvimento, podendo evidenciar-se pelo número de concentração de atividades econômicas no setor de comércio, em comparação com o setor industrial. Existem muitas famílias que ainda vivem da agricultura de subsistência, de pequena criação de bois, aves e outros animais, mas também há famílias cujos membros conseguiram trabalho no comércio local ou nas regiões circunvizinhas e possuem uma outra

forma de sustento. Há pouca valorização da população pela educação, o que se pode também evidenciar nos dados supracitados sobre analfabetismo. É claro que essa realidade educacional possui vários fatores determinantes, porém cabe pensar até que ponto nesses determinantes estariam a forte herança histórico-cultural, da população? Não ver a educação como um mecanismo importante ao desenvolvimento social e econômico do indivíduo, por estar voltada para a valorização da economia de subsistência ou do mercado informal de trabalho. Esse fato merece muitas reflexões.

Os serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município de Itaboraí (2006) são: Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano (possui 4 pólos de ação), PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – possui dois pólos), Coordenadoria de Mulheres (atendimentos a mulheres vítimas de violência intra e/ou extrafamiliar), Projeto Conviver (trabalho direcionado a idosos – atividades de lazer, esporte, alfabetização e cursos), Projeto Guarda Mirim (direcionado a jovens de 07 a 14 anos de idade com atividades cívicas e psicossociais), PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família – trabalho voltado para o atendimento a 400 famílias para que, através do acompanhamento psicossocial e da inclusão produtiva, possam adquirir a sua autonomia financeira e social), CRAS (Centro de Referência a Assistência Social – hoje, em dezembro de 2006, o município possui seis Centros de Referência) e o Programa Sentinela. Este programa foi o campo empírico da pesquisa sobre as percepções dos adolescentes sobre a violência física intrafamiliar, por isso faz-se necessário compreender seu processo de implantação em Itaboraí.

5.2

Programa Sentinela de Itaboraí

Em agosto de 2001 iniciou-se o processo de implantação do Programa Sentinela do município de Itaboraí, que teve como principais órgãos colaboradores a FIA (Fundação da Infância e Adolescência), as Secretarias Municipais de Educação, Cultura Saúde, o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e Juventude.

A equipe técnica do Programa neste período era de 02 assistentes sociais, 01 psicóloga, 01 pedagogo e 02 educadores. Antes de iniciar o trabalho, a equipe técnica realizou durante um mês, aproximadamente, discussões

considerando a complexidade do fenômeno a ser trabalhado e da inovação de um Programa direcionado ao atendimento de crianças, adolescentes e seus respectivos familiares vítimas de violência intra e/ou extrafamiliar sobre a problemática a ser enfrentada e sobre os objetivos do referido Programa. Essas discussões tiveram como eixo as informações do Guia Técnico do Programa Sentinela (2000) e se tratou de uma iniciativa da Coordenadora do Programa em Itaboraí, a Assistente Social, Jane M.^a Coynji. Vale ressaltar que o Guia Técnico do Programa apresenta “(...) os objetivos do programa, a forma de implantação, as atividades de cada profissional e o modelo das fichas, que deveriam ser utilizadas pelos técnicos(...)” (Cirqueira, :2004, p.61).

Em 01 de setembro 2001 foi inaugurado o Programa Sentinela de Itaboraí. Os primeiros casos foram oriundos dos principais órgãos colaboradores do processo de implantação dos programas tais como: PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil), Agente Jovem, PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família), do plantão social da SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) e outros. O Programa funcionava em duas salas dentro da SMDS, voltado para o atendimento apenas dos casos de violência sexual, exploração sexual e prostituição infanto-juvenil, com características de Serviço de Referência mediante o funcionamento diurno, o quantitativo de profissionais e o espaço físico disponível.

A equipe técnica, além dos atendimentos, realizava palestras nas escolas, nos programas da SMDS, da Secretaria de Saúde, nos eventos da cidade, para a divulgação do Programa e, conseqüentemente, para combater o fenômeno da violência. Os encaminhamentos e a procura da população para realizar denúncias mostrou a urgência que existia no município de uma política social voltada para o enfrentamento da questão. No primeiro semestre/2002, o Programa já estava atendendo a 55 casos de violência sexual intra e extrafamiliar contra a criança e o adolescente.

No segundo semestre de 2002, os atendimentos do Programa foram ampliados para outras expressões de violência à criança e ao adolescente como a física, a psicológica e a negligência. É importante destacar que o Guia Técnico do Programa Sentinela (2000) enfatiza a violência sexual, a prostituição e a exploração sexual, mas não despreza os outros tipos de violência. Neste momento, o Programa já funcionava em 03 salas anexas à SMDS, contudo ainda eram pequenas e não preservavam a privacidade no atendimento aos usuários.

No ano de 2003 houve mudanças na coordenação do programa, Sandra Caldeira (Assistente Social), que acompanhou a implantação do Programa como integrante da equipe técnica, assume a Coordenação. O crescimento do número de atendimentos e a habilitação do Programa pelo Governo do Estado em Centro de Referência, que prevê atendimento diuturno, exigia necessidade da ampliação do quadro técnico e do espaço físico. O Programa conquistou gradativamente visibilidade tanto pela população do município como pelo gestor da SMDS e atualmente (dezembro/2006), a equipe técnica é composta por três assistentes sociais, duas psicólogas e duas educadoras e funciona num espaço adequado com quatro salas, uma recepção ampla, cozinha, copa e dois banheiros, um ambiente para atendimentos de qualidade, além de garantir a privacidade e o respeito ao sigilo do usuário.

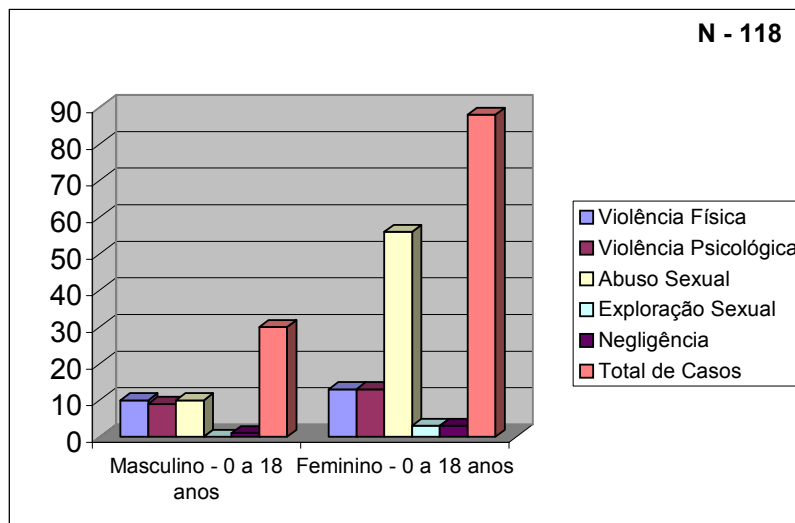
Segundo dados do Relatório Quali quantitativo de 2006 (janeiro a dezembro) do Programa Sentinela de Itaboraí, requisitado pelo Governo Federal, observam-se 118 casos registrados, incluindo os em atendimento e os arquivados por conclusão, perda de contato, mudança do município ou transferência para outro Centro de Referência. Os casos que chegam ao Programa são oriundos do Conselho Tutelar do município, dos programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, Agente Jovem, Guarda Mirim, PAIF – (Programa de Atendimento Integral à Família), denúncias anônimas e da rede institucional (hospitais, CAP'S – Centro de Atendimento Psicossocial, creches, escolas e outros). Vale salientar que, na sede, o Programa não recebe mais denúncias de casos de violência, só realiza atendimentos provenientes de encaminhamentos.

A pesquisa de campo foi iniciada com a análise desse Relatório Quali quantitativo e entregue ao Governo Estadual e Federal como veículo de monitoramento e avaliação do Programa Sentinela. O Relatório Quali quantitativo possibilitou o conhecimento de aspectos importantes da caracterização dos usuários do referido Programa, tais como: a violência de maior incidência no Programa, o sexo das vítimas, a raça, a renda familiar e os tipos de agressores.

5.3 Caracterização dos usuários do Programa Sentinela

Para se compreender melhor o perfil das vítimas e dos agressores pelas modalidades de violência manifestada, elegeu-se o período de janeiro a dezembro de 2006 para o estudo. De posse dos dados organizou-se a apresentação dos mesmos através de gráficos, da seguinte forma: tipos de violência, raça das vítimas pela violência sofrida e renda familiar mensal das famílias das vítimas pela modalidade de violência e gênero do agressor pela violência realizada. Em primeiro lugar será mostrada uma caracterização relativa ao perfil das crianças e adolescentes vitimizados e atendidos no Programa e, em seguida, aquela relativa à família e aos agressores.

Gráfico 1: Caracterização do usuário/quantidade de crianças e adolescentes atendidos



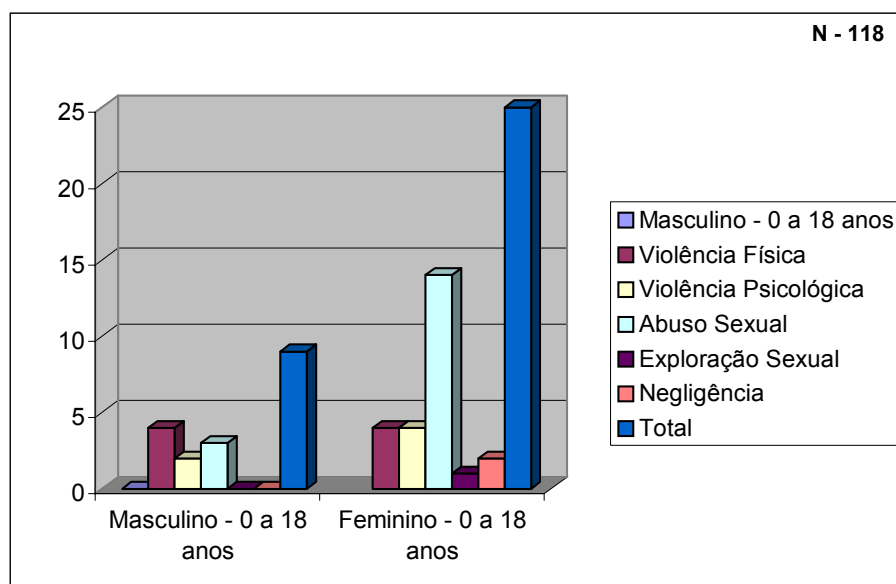
Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

A modalidade de violência de maior incidência de acordo com o gráfico são o abuso sexual e a violência física. No Relatório Quali quantitativo nos meses de Janeiro a Dezembro houve um registro de 58 casos de abuso sexual e 35 de violência física.

Signorini (2002) cita Deslandes para sinalizar que a violência física é a violência de maior registro nos serviços brasileiros. No entanto, a realidade mostrada no gráfico 1, a violência de maior incidência no Programa Sentinela de

Itaboraí é o abuso sexual. Isso exige que se reflita sobre a manifestação da violência intra e/ou extrafamiliar contra crianças e adolescentes, no que tange às influências sócio-históricas, culturais, políticas e econômicas tanto nas modalidades de violência manifestada como na forma de publicização e enfrentamento das mesmas. Para complementar, cabe mencionar que a identificação das punições físicas como veículo de “educação” é algo histórico-culturalmente estabelecido, e essa percepção tendencialmente dificulta a notificação do fenômeno e, conseqüentemente, o enfrentamento e acompanhamento dos possíveis casos de violência física.

Gráfico 2: Número de crianças e adolescentes atendidos no Programa Sentinela da Raça Branca¹⁶

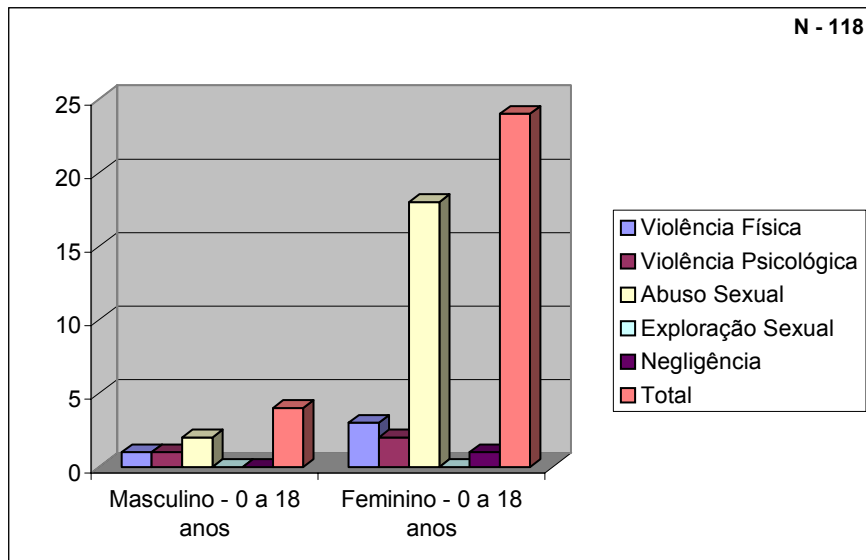


Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

O gráfico mostra o registro de 25 vítimas do sexo feminino e 8 do sexo masculino da raça branca, com uma predominância do abuso sexual no sexo feminino de 0 a 18 anos de idade. Em relação à violência física, existem quatro casos de ambos os sexos, cujas vítimas são da raça branca.

¹⁶ As tipologias da raça é uma determinação do Programa Sentinela Nacional.

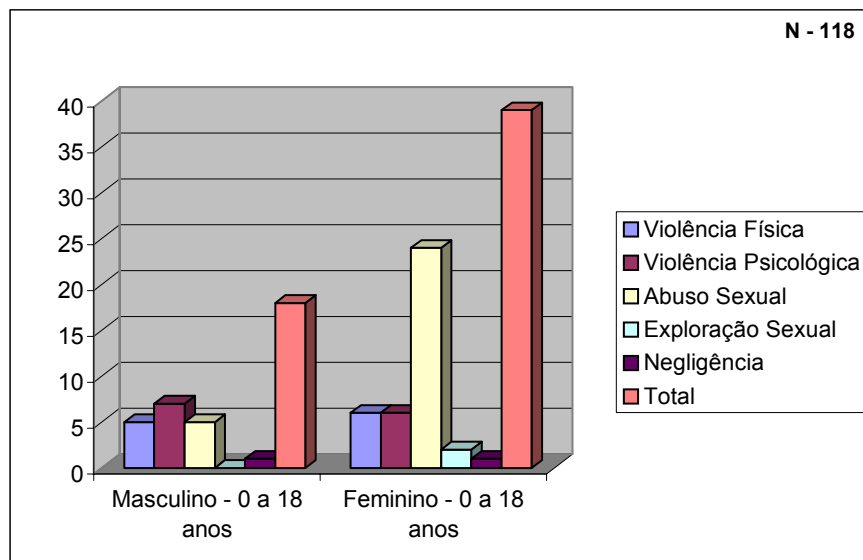
Gráfico 3: Número de crianças e adolescentes atendidos no Programa Sentinela da Raça Negra



Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

Dos números de usuários vitimizados pela violência intra e/ou extrafamiliar da raça negra existem 24 casos do sexo feminino e 4 do sexo masculino. E a violência mais freqüente é o abuso sexual, existindo apenas 04 casos de violência física envolvendo ambos os sexos.

Gráfico 4: Número de crianças e adolescentes atendidos no Programa Sentinela da Raça Parda



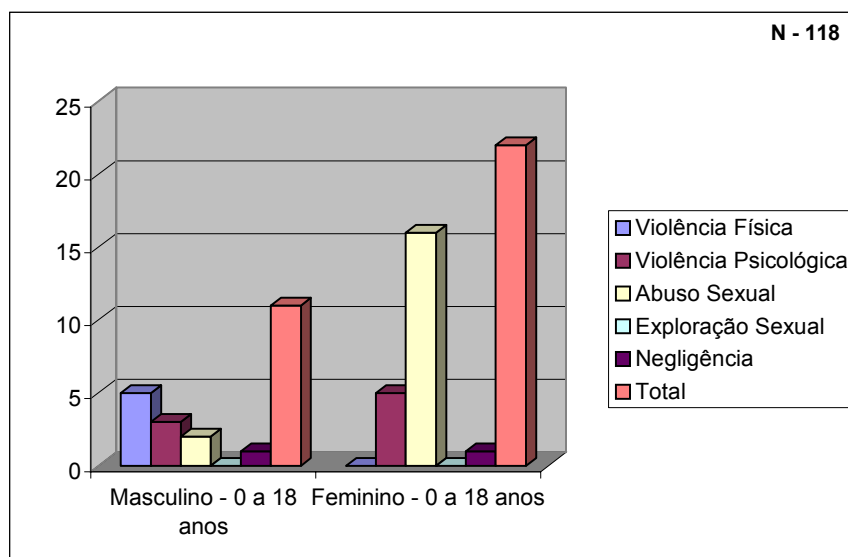
Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí - Janeiro a Dezembro de 2006

O número de atendimentos de usuários da raça parda são de 40 do sexo feminino e 17 do sexo masculino. O número de vítimas da violência física de ambos sexos é de 11 casos, sendo a violência de maior incidência desta raça, no Programa estudado, é o abuso sexual, especificamente no sexo feminino.

Vale observar que das modalidades de violência avaliadas no gráfico supracitado e em comparação com os gráfico 3, as meninas da raça parda são as mais vitimizadas. As meninas da raça negra são as segundas mais vitimizadas, numa análise dos gráficos 1 e 3 das modalidades de violência avaliada nos mesmos.

Agora cumpre que se detenha na análise da renda da família (familiar) das crianças e da adolescentes em atendimento no Programa e o perfil dos agressores.

Gráfico 5: Número de crianças e adolescentes atendidos no Programa Sentinela com Renda Familiar Mensal de 0 a 01 salário mínimo



Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

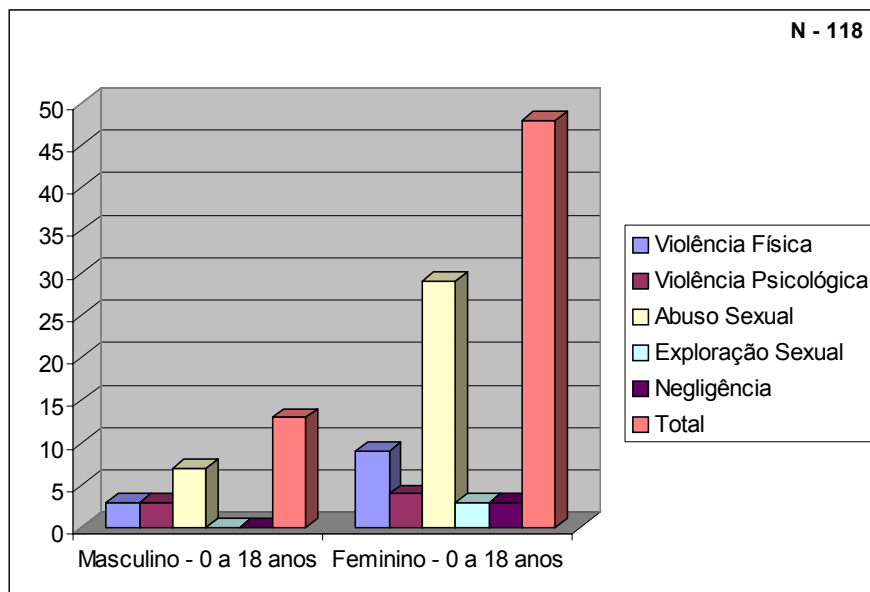
O Programa possui 32 famílias registradas com renda familiar mensal de 01 a 1 salário mínimo. Nessas famílias a violência predominante é o abuso sexual, vitimizandofreqüentemente crianças e adolescentes do sexo feminino. Dentro deste fator (renda familiar mensal) há 04 casos de criança e/ou adolescente de ambos os sexos vítimas de violência física.

Cabe salientar que, nesse contexto, a violência estrutural vitimiza milhões de brasileiros e trata-se de um forte determinante para a manifestação da violência no âmbito familiar. Amaro (2003) cita Azevedo e Guerra para enfatizar a questão da pobreza e violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Observe-se:

“Mas, a questão principal que consolida o argumento da vitimação é seu caráter desencadeador da agressão física ou sexual contra crianças, tendo em conta que a cronificação da pobreza da família contribui para a precarização e deteriorização de suas relações afetivas e parentais (...)” (Azevedo e Guerra apud Amaro, 2003, p.27).

As autoras Azevedo e Guerra referem a vitimação quando mencionam na violência estrutural, proveniente da desigualdade econômica e social que ocasiona falta de moradia digna, de alimentação adequada, de escolas de qualidade e outras conseqüências, a vitimização por maus-tratos.

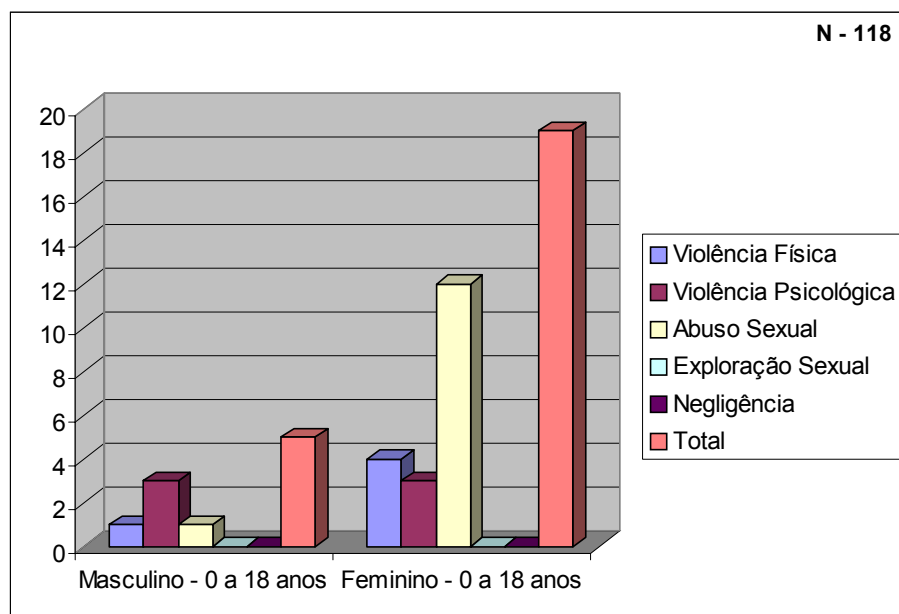
Gráfico 6: Número de crianças e adolescentes atendidos no Programa Sentinela com Renda Familiar Mensal de 01 a 3 salários mínimos



Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

Pelos registros o Programa possui 60 famílias que vivem com renda mensal de 01 a 03 salários mínimos. Nesse perfil econômico, a violência de maior incidência intra e/ou extrafamiliar contra crianças e/ou adolescentes é o abuso sexual especificamente contra o sexo feminino. Cabe salientar, entretanto, a existência de 13 casos de crianças e adolescentes de ambos sexos vítimas de violência física. Sabe-se que a violência é multicausal, porém é importante destacar, no contexto dessa análise, uma das causas da manifestação da violência física no âmbito familiar - a pobreza e a miséria. O estresse causado pela pobreza, pois os pais por não saberem como atender às suas necessidades e a de seus filhos, tendencialmente sentem-se coagidos e agridem fisicamente os filhos como uma “*válvula de escape*”.

Gráfico 7: Número de crianças e adolescentes atendidos no Programa Sentinela com Renda Familiar Mensal de 03 a mais salários mínimos

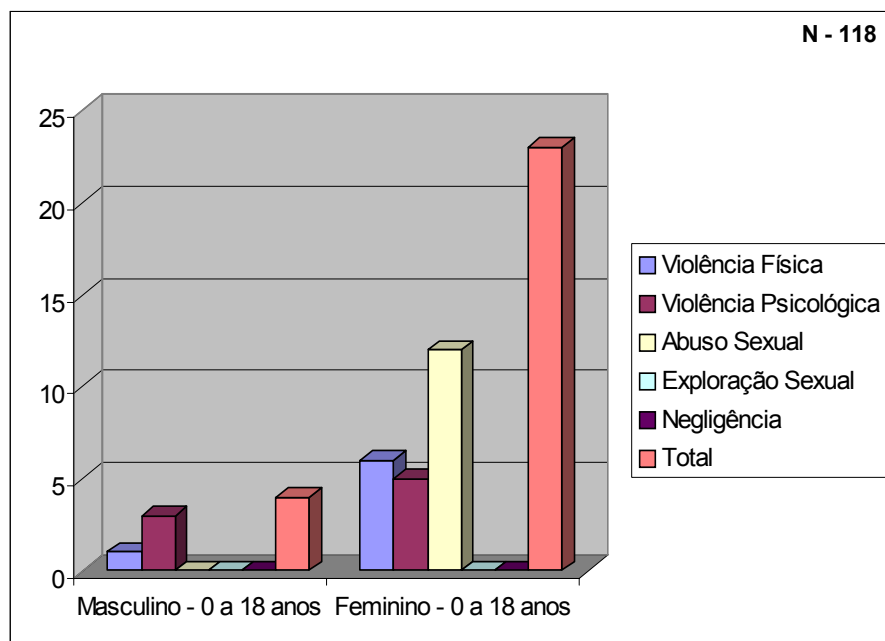


Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí - Janeiro a Dezembro de 2006

Nas famílias com uma renda mensal de mais de 03 salários mínimos, o abuso sexual contra crianças e adolescentes do Programa é uma violência predominante, sobretudo no sexo feminino, existindo apenas 01 caso de violência física. Cabe salientar que o total de famílias com essa renda mensal é de 24.

Nos gráficos 5 e 6 o número de vitimizados com uma renda familiar de 0 a 1 e de 01 a 3 salários mínimos é maior dos com uma renda familiar mensal de mais de 03 salários mínimos.

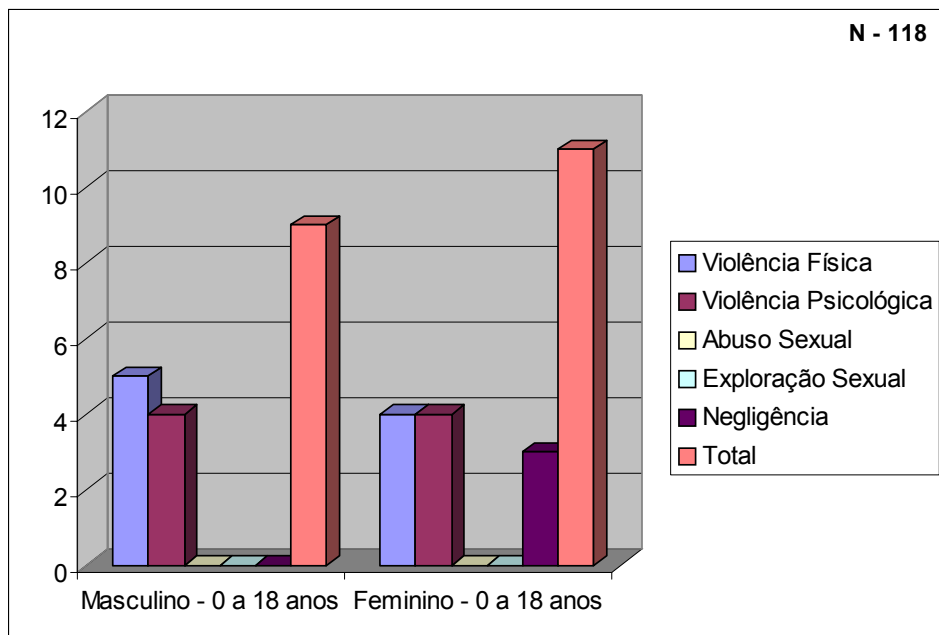
Gráfico 8: Número de agressores segundo o gênero e o vínculo com a vítima - Pai



Fonte: Relatório Quali-quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí - Janeiro a Dezembro de 2006

Em 27 casos o agressor foi o pai, sendo 23 casos contra as filhas e 04 casos contra os filhos, tomando por base todas as modalidades de violência (sexual, física, psicológica e negligência). Dentro dessa categoria houve apenas 01 registro de violência física cujo pai foi o agressor. No que tange à vitimização do sexo feminino ao abuso sexual, Gonçalves (2003) realiza a seguinte observação: *“As estatísticas disponíveis mostram ainda uma diferença entre a dinâmica do abuso intrafamiliar e do abuso extrafamiliar. Este último tende a vitimizar mais o sexo masculino, enquanto que o primeiro atinge mais o sexo feminino”* (Gonçalves, 2003, p.163).

Gráfico 9: Número de agressores segundo o gênero e o vínculo com a vítima - Mãe

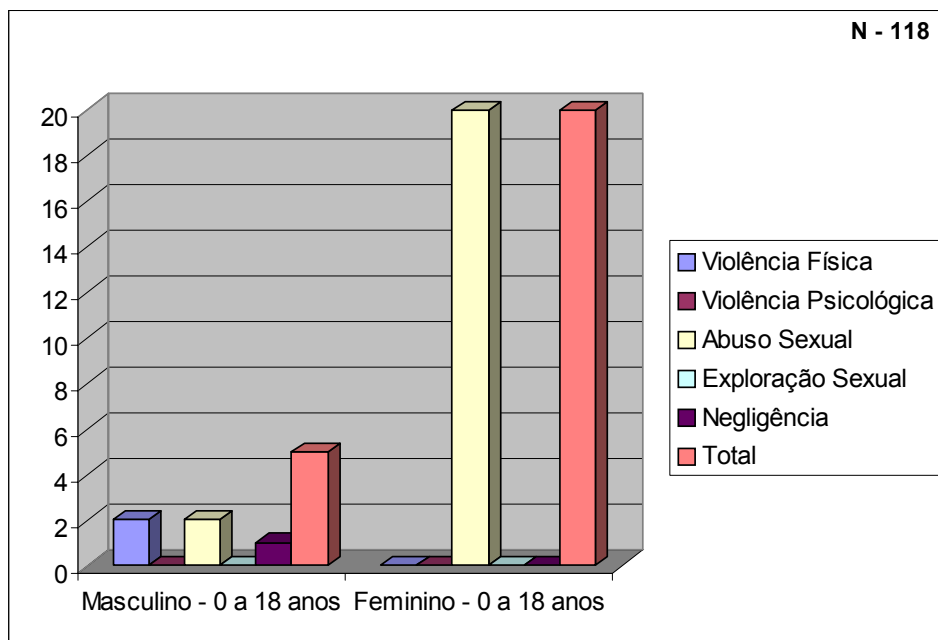


Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

Em 20 casos a mãe é a agressora, sendo que a violência de maior incidência da mãe agressora é a física, contra os filhos de ambos os sexos, conforme se pode observar no gráfico supracitado. Um dos fortes determinantes para a manifestação da violência física tem como eixo a visão dos pais e/ou responsáveis sobre as formas de “educar”, “disciplinar”. Pelo fato de as mães serem, histórico-culturalmente, responsáveis pela educação dos filhos, tendencialmente serão elas as agressoras de maior incidência nessa modalidade de violência. Observe-se a reflexão de Gonçalves sobre esse perfil de agressora:

“O recorte de gênero que está associado ao abuso físico – meninos apanham mais e mães batem mais – parece dever-se às expectativas sociais em torno dos papéis sexuais: por um lado, a mãe é a principal cuidadora, e assim tem mais contato com a criança e, portanto, mais oportunidades de aplicar a punição física (...)” (Gonçalves, 2003, p.160).

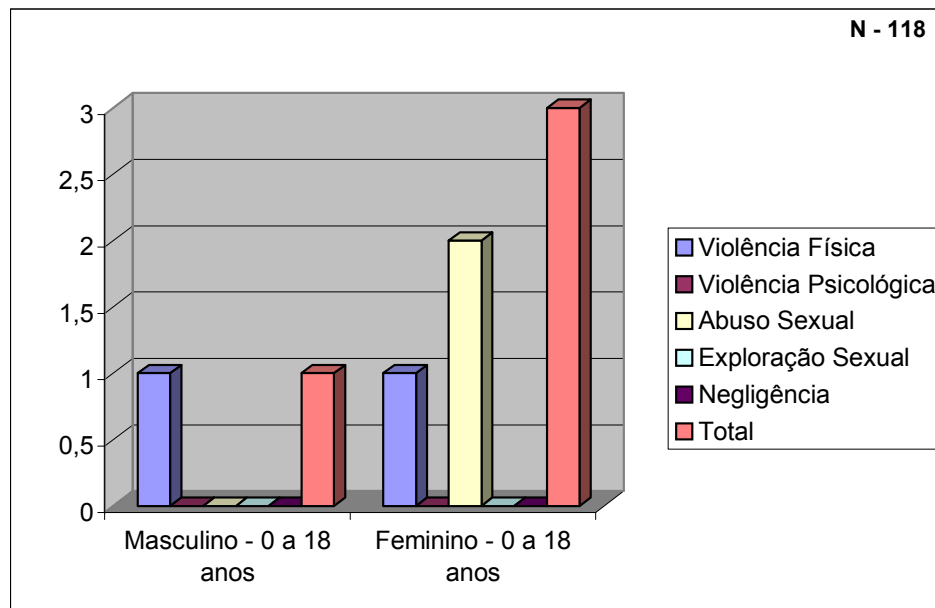
Gráfico 10: Número de agressores segundo o gênero e o vínculo com a vítima – padrasto



Fonte: Relatório Qualiquantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

Pode-se perceber que existem 25 casos em que o agressor é o padrasto, e a violência mais praticada por ele é o abuso sexual contra criança e/ou adolescente do sexo feminino. No que se refere à violência física, apenas em 02 casos o padrasto é apontado como agressor. Tendencialmente, o agressor do abuso sexual no âmbito doméstico é aquele adulto que a criança ama, em quem confia e com quem possui uma relação próxima com ele.

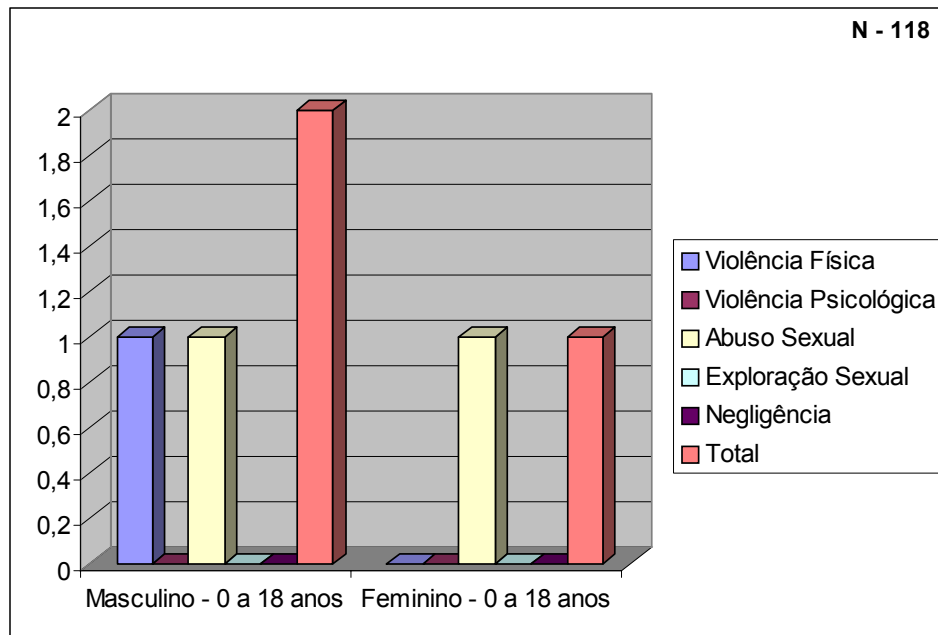
Gráfico 11: Número de agressores segundo o gênero e o vínculo com a vítima - Irmãos



Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí - Janeiro a Dezembro de 2006

A incidência de irmãos agressores é de 4 casos, de acordo com o Relatório Quali quantitativo do Programa. As modalidades de violência em que o agressor foi o irmão foram: violência física – 02 casos; abuso sexual – 02 casos em vítimas de ambos os sexos.

Gráfico 12: Número de agressores segundo o Gênero e o Vínculo com a vítima
- Tios

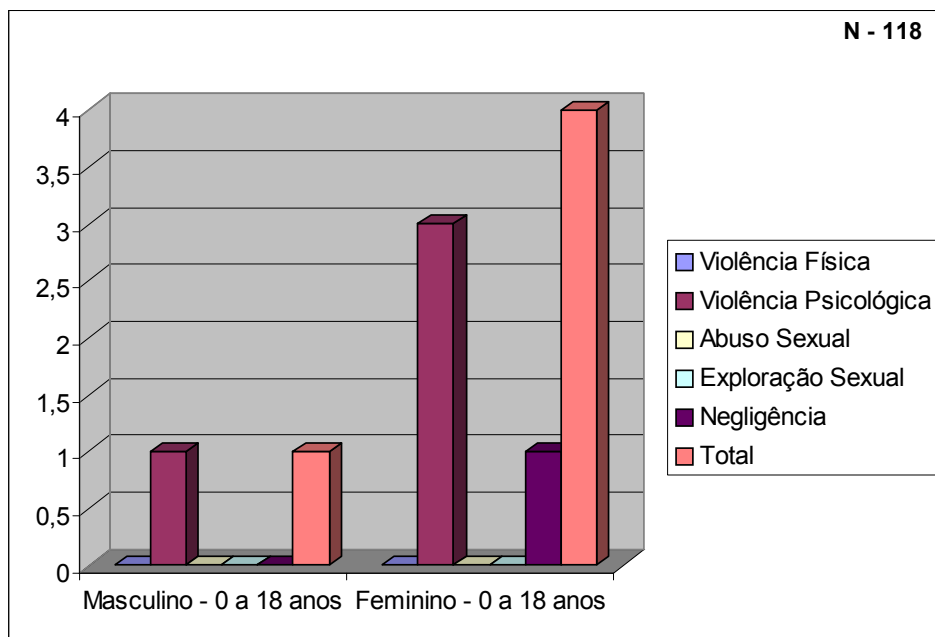


Fonte: Relatório Quali-quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

Num total de 3 casos registrados do tio ser agressor, existem 02 casos de violência física, sendo a vítima do sexo masculino, e o outro foi de abuso sexual cuja vítima era do sexo feminino.

Comparando os gráficos 11 e 12 é mais freqüente os irmãos praticarem violência contra as irmãs do que os tios vitimizarem as sobrinhas. No entanto, os tios vitimizam mais os sobrinhos (sexo masculino).

Gráfico 13: Número de agressores segundo o gênero e o vínculo com a vítima – avós

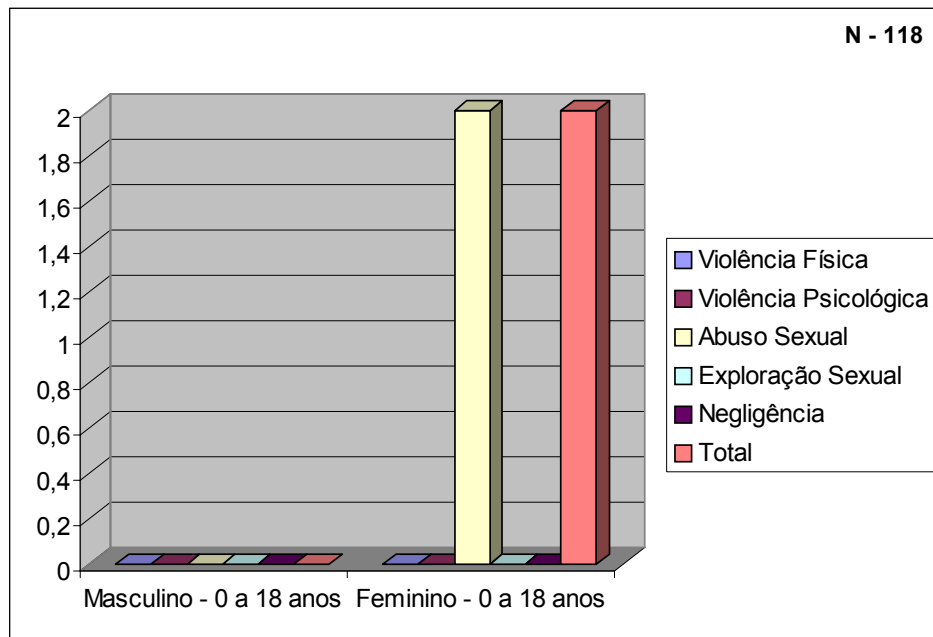


Fonte: Relatório Quali quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí - Janeiro a Dezembro de 2006

Na prática de violência psicológica e negligência contra criança e/ou adolescente do sexo feminino, os avós aparecem como agressores em 4 casos. Atualmente presenciam-se novas formas de organizações familiares, sobretudo com a precarização das condições financeiras em tempos neoliberais de intenso desemprego ou formas de subcontratação, que geram instabilidade no trabalho. Como resultante dessa realidade sócio-econômica, de insuficiência de renda ou até mesmo inexistência de renda de muitos adultos, cresceu o número de indivíduos que passam a residir com seus pais e, na maioria das vezes, levam consigo seus filhos e/ou simplesmente pais que abandonam seus filhos com os avós, sobretudo pela insegurança e o medo de enfrentarem a precariedade financeira. Nesse espaço doméstico se estabelece uma relação intergeracional e, dependendo do direcionamento dessa relação, poderá manifestar-se a violência de avós contra os netos, seja como veículo disciplinar ou por estresse causado pelas precárias condições de moradia, pela insuficiência de alimentação para todos os membros, pelo desejo de divertir-se frente à idade avançada, pois os cuidados com os netos acabam sendo uma limitação à sua

vida pessoal e sentimental, dentre outras, situações que vão aparecendo no decorrer do cotidiano familiar.

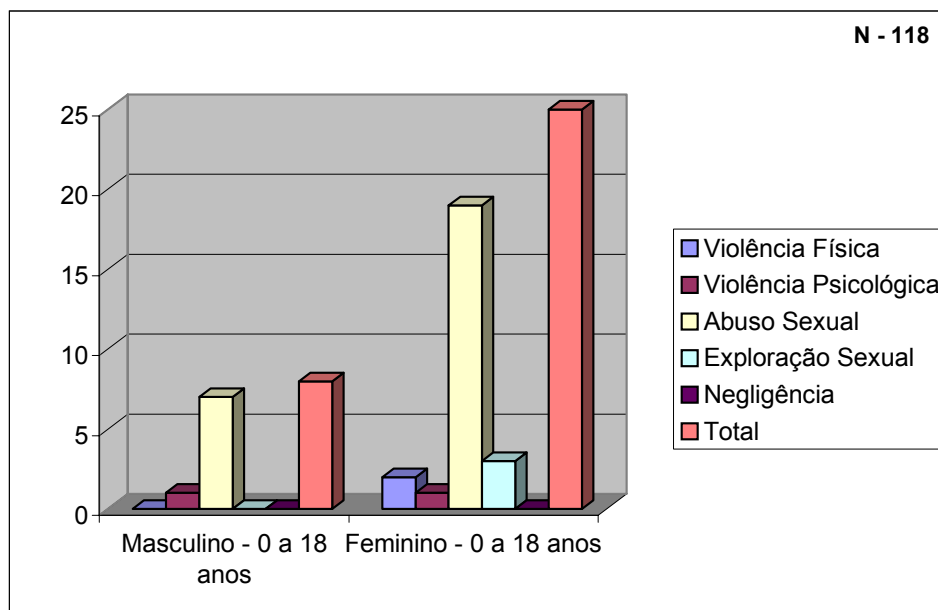
Gráfico 14: Número de agressores segundo o gênero e o vínculo com a vítima – outros familiares



Fonte: Relatório Qualiquantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

Existem apenas 02 casos de violência cujos agressores envolvem outros familiares: os dois são de abuso sexual. Quando se faz referência a outros familiares se incluem primos, madrinhas e padrinhos, sobrinhos (as), cunhados (as).

Gráfico 15: Número de agressores segundo o gênero e o vínculo com a vítima - Outros¹⁷



Fonte: Relatório Quali-quantitativo - Programa Sentinela - Município de Itaboraí – Janeiro a Dezembro de 2006

A prática da violência por outras pessoas sem laços consangüíneos é mais freqüente no abuso sexual contra criança e/ou adolescente do sexo feminino. É válido salientar a não existência de registro de práticas de violência contra criança e/ou adolescente do sexo masculino, quando o agressor não possui vínculos familiares. Ao analisar o gráfico supracitado pode-se observar o registro de 33 casos de agressores sem vínculos familiares.

Após a apresentação dos gráficos é necessário que se façam algumas ponderações sobre os mesmos, tais como: as vítimas predominantes de abuso sexual são crianças e adolescentes do sexo feminino e os agressores são normalmente os padrastos; não houve registro de madrasta como agressora em nenhuma modalidade de violência doméstica no Programa; a violência física é a segunda modalidade de violência que mais vitimiza crianças e adolescentes, sobretudo do sexo masculino. A renda familiar mensal predominante é de 01 a 03 salários mínimos.

Como foi observado o abuso sexual é a violência de maior incidência no Programa Sentinela Itaboraí. Esse resultado se diferencia em nível do

¹⁷ Outros se refere a vizinhos, desconhecidos, pastor, namorado, amigo, professora, babá e colega de escola.

Estado do Rio de Janeiro, conforme os dados da ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência) na tabela I já apresentada. Essa evidência impulsiona aqueles que trabalham com a criança e o adolescente à reflexão sobre a influência histórico-sociocultural na manifestação das modalidades de violência, assim como a forma desses profissionais perceberem a violência manifestada contra esse segmento etário, pois as percepções desses profissionais são fundamentais para que se compreenda a publicização, o enfrentamento e os registros de denúncias nos serviços. Para complementar, vale ressaltar o pensamento de Teixeira (2001):

“Um padrão específico de socialização dos filhos, por exemplo, pode ser visto como altamente autoritário e opressor para um sistema cultural, e altamente valorizado quando inserido em outra cultura; estava diversidade é que nos impede de lidar com os fenômenos relacionais à partir de uma única referência cultural” (Teixeira, 2001, p.72).

5.4

Caracterização das adolescentes vitimizadas pela violência física

Após o processo de análise dos dados do Relatório Qualiquantitativo do Programa Sentinela, de janeiro a dezembro de 2006, realizou-se o levantamento das fichas social e psicológica dos adolescentes (ver o modelo das fichas no anexo I), na faixa etária de 12 a 15 anos com até dois anos de atendimento, com o auxílio da educadora do Programa Sentinela de Itaboraí. Nesse perfil etário existiam treze casos. Assim passou-se a examinar essa documentação e dessa leitura identificaram-se três casos de violência física, sendo um de denúncia cujo registro era de violência física e os outros dois eram casos de abuso sexual, em que agressor (padrasto) utilizou de violência física para intimidar a vítima a ter relações sexuais.

Após essa seleção, teve início a releitura das fichas sociais e psicológicas dos três casos, identificados como caso A (Maria), caso B (Talita) e caso C (Vania)¹⁸. O caso A (Maria) já está prestes a ser concluído, pois a equipe técnica, junto com a coordenadora do Programa, avaliaram a situação e consideraram a possibilidade de seu encerramento, mas os outros dois continuam no atendimento.

¹⁸ Esses nomes são fictícios de modo que o sigilo profissional seja garantido para preservação da identidade da vítima.

Em seguida à leitura dos prontuários houve reunião com a coordenadora do Programa Sentinela e a equipe do mesmo, ocasião em que se discutiu o processo de aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa (as adolescentes), de modo que não houvesse uma re-vitimização. A princípio optou-se por uma conversa com as adolescentes e os respectivos responsáveis sobre a pesquisa, sem o intermédio dos técnicos do Programa (Assistente Social e Psicóloga). Contudo, em estudo do assunto com a própria equipe, chegou-se à conclusão da necessidade da presença dos técnicos responsáveis, de cada caso, para realizarem uma breve explicitação sobre os objetivos da pesquisa: se a vítima e o responsável concordassem, a pesquisadora dialogaria com as adolescentes e apresentaria de forma específica os objetivos da pesquisa e como seria a participação das mesmas.

Combinada a estratégia de acesso, enviou-se às três adolescentes e a seus respectivos responsáveis uma convocação (termo utilizado pelo próprio Programa para marcar atendimentos) via motoboy, solicitando que elas e seus respectivos responsáveis comparecessem ao Programa em dia e horário marcados. Vale salientar que não foi mencionado o assunto na convocação, de modo que pessoalmente se pudesse abordar de forma adequada e explicativa a intenção da pesquisa. No dia agendado apenas dois responsáveis e as adolescentes correspondentes compareceram. Foram: Caso A (Maria) e Caso C (Vania). O caso B (Talita) não compareceu no dia agendado. Constatada a situação, a Assistente Social responsável fez contato por telefone com a mãe da adolescente e agendaram uma nova data conforme a disponibilidade delas. Ambas compareceram, porém durante a conversa com a técnica, a responsável disse não possuir interesse em participar da pesquisa. Não houve oportunidade de se contatar pessoalmente com a responsável: respeitou-se a decisão da mãe. A situação era de abuso sexual praticado pelo padrasto, contudo houve manifestação de violência física como coação.

Ao realizar seu estudo, o pesquisador(a) deve respeitar a opinião do pesquisado de não querer participar ou não permitir aquele que está sob sua responsabilidade participar. Esta negação deve ser compreendida sobretudo quando o estudo se trata de assuntos que a vítima e/ou seu responsável preferem esquecer ou sentem vergonha e/ou medo da situação. A violência doméstica é um assunto delicado, pois quando o denunciado rompe a privacidade do lar, de certa forma o problema torna-se público e os familiares, agressores ou não, preferem não discutir e expor-se mais do que já é vivido durante os atendimentos psicossociais. Afinal para que serve aos outros, a não

ser aos familiares, saberem do que se passa no interior familiar? E como se o “(...) *que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros*” (Arendt, 1998, p.68).

Além de que a publicização e a discussão da violência doméstica contra a criança e o adolescente serem recentes, muitos pais, ao serem denunciados por maus-tratos ou serem denunciantes, carregam a visão da violência só ter acontecido no próprio lar, por isso não se sentem à vontade para discutir o assunto.

E conforme discutido anteriormente, as técnicas responsáveis (as técnicas que fizeram o intermédio entre a pesquisadora e o sujeito da pesquisa foram as Assistentes Sociais responsáveis pelos respectivos casos) fizeram o primeiro contato. As profissionais explicaram aos responsáveis e às adolescentes o motivo da convocação, o convite à participação na pesquisa de mestrado sobre Violência Física Intrafamiliar. Essa conversa foi realizada separadamente, até mesmo porque os atendimentos foram agendados em momentos diferenciados, e as técnicas desse segmentos eram diferentes. Na conversa com as profissionais tanto as duas adolescentes como as mães já mencionadas mostraram-se dispostas a dialogar com a pesquisadora e a participarem da pesquisa.

A entrevista da pesquisadora com as adolescentes e suas mães foi realizada num ambiente resguardado e seguro. Cabe informar que o diálogo foi realizado individualmente, de modo que se garantisse o sigilo e a particularidade de cada adolescente e de suas respectivas mães. Apresentou-se de forma clara e detalhada a pesquisa, informando-as, agora de viva voz, de que se tratava de um estudo sobre a Violência Física no âmbito doméstico, de caráter contributivo para o avanço dos atendimentos do presente Programa. Foi-lhes comunicado que um dos objetivos da pesquisa era o enfrentamento da violência doméstica, especificamente a física, no município, e que as identidades das participantes seriam preservadas e suas falas seriam utilizadas exclusivamente para a análise da pesquisa, sendo opcional a participação e sem prejuízo do atendimento que recebiam. *“Nessa perspectiva, o processo de investigação obtém êxito no estabelecido de um diálogo baseado na confiança mútua, no envolvimento, na compreensão”* (Amaro, 2003, p.73).

Tanto a Maria como a Vânia e as suas responsáveis aceitaram participar da pesquisa sem dificuldade. As responsáveis não só se mostraram interessadas a colaborar com o estudo, como deixaram suas filhas decidirem

sobre sua colaboração. Porém a mãe de Vânia disse não possuir disponibilidade para a entrevista propriamente dita, em outras ocasiões, pois trabalha todos os dias e só pôde comparecer no Programa na data agendada porque estava de férias, porém como retornaria naquela semana ao trabalho não poderia voltar.

Na ocasião foi apresentado à adolescente participante e à sua responsável o termo de autorização (ver em anexo II) para a realização da pesquisa. Após a leitura do mesmo ambas, Maria e Vânia, assinaram, bem como suas respectivas mães. As adolescentes concordando em participar, e as responsáveis permitindo a participação. Agendou-se a data e o horário conforme a disponibilidade das adolescentes e das responsáveis para a realização das entrevistas.

Após a explicitação do processo de aproximação da pesquisadora às adolescentes, iniciou-se a apresentação da trajetória de Maria e Vânia. Em seguida serão apresentadas e analisadas as percepções das adolescentes sobre a violência física sofrida.

Maria (15 anos)

Data de inclusão:17/11/04

Situação: encerrado em 13/11/06

Maria foi vítima de violência física propriamente dita, cometida pelos responsáveis e pelo irmão. A mãe da referida adolescente procurou o Conselho Tutelar para pedir ajuda para lidar com o comportamento rebelde da filha, e o órgão a encaminhou para o Programa Sentinela. Maria é de raça branca, pertence a uma família nuclear (pai, mãe e filhos) e atualmente tem o ensino médio incompleto. O pai tem 51 anos, tem o ensino médio incompleto e trabalha como balconista. Já a mãe tem 46 anos de idade, completou o ensino fundamental, trabalha como vendedora autônoma. A renda mensal da família é de aproximadamente R\$ 500,00 (está dentro do perfil do gráfico 6 de famílias de renda mensal de 01 a 03 salários mínimos). A família mora em casa própria de alvenaria com cinco cômodos, sem esgoto, com fossa rudimentar.

Conforme o relato da genitora, Maria não era de namorar muito. Contudo, quando fez 15 anos, começou a querer sair para bailes dentre eles os Funk, Nova Só e outros. Durante esse período conheceu um rapaz que hoje é seu companheiro, vivem juntos há aproximadamente dois anos e têm um filho. Por não aceitar o namoro, pelo fato de o rapaz ser envolvido com drogas, havia muitas brigas entre a adolescente e os pais e durante essas discussões os pais

e o irmão batiam nela. De acordo com o relato da mãe, havia dias que a adolescente apanhava dos três. A mãe, preocupada com uma provável tragédia, em decorrência do descontrole da família em querer corrigir a adolescente, mas sem êxito, resolveu pedir ajuda ao Conselho Tutelar.

É importante destacar que a cada dia está mais freqüente a prática de pais procurarem as instâncias públicas, que trabalham com criança e adolescente para pedir ajuda na educação de seus filhos. Em casa os pais estão inseguros nesse processo educacional, não sabem qual postura assumir em face da rebeldia e agressividade dos filhos, vêm-se perdidos entre seus valores e as opiniões e conselhos das pessoas mais próximas, pois parte dessas pessoas dizem para deixar de lado suas preocupações, porque o filho já é “bem grandinho” e sabe se defender, o que sinaliza a valorização do desapego das relações entre os homens vivenciada na atualidade. A outra parcela culpabiliza os pais por deixarem os filhos fazer o que quiserem. Entretanto não se pode deixar de mencionar que se está vivendo uma cultura “líquido-moderna” de desapego, desvalorização e desengajamento que permeia, também, as relações entre pais e filhos. Na contemporaneidade, alguns pais vêm perdendo gradativamente sua autoridade, porque os filhos desvalorizam os conhecimentos adquiridos pelos mesmos ao longo de sua vida e por considerá-los “caretas”. O desapego dos filhos na relação afetiva com os pais, o desengajamento dos valores, tradições e costumes dos pais, tudo isso faz com que os filhos se considerem capazes de adquirir, sozinhos, o conhecimento necessário para sua vida. E os pais, ao perceberem a perda de sua autoridade e o comando do filho na relação, ficam inseguros e ainda mais dominados.

Durante a entrevista com Maria percebeu-se certa dificuldade dela em expor que os pais a maltrataram fisicamente. A princípio disse sofrer violência, mas logo corrigiu e disse que o irmão é que batia. No início da entrevista se manteve com a cabeça baixa, mostrando timidez e certa resistência em falar do assunto e preocupou-se em resguardar os pais da imagem de agressores. Em nenhum momento relatou a violência física cometida pela mãe, como a própria mãe mencionara na entrevista. Contudo, no decorrer da entrevista, ela foi se sentindo mais à vontade e falando de forma mais natural, porém sempre utilizando pausas para responder às perguntas com falas curtas.

Na ficha social, a adolescente reclama com a técnica responsável pelo seu acompanhamento da falta de diálogo entre ela e os pais e sempre se mostrou disposta, nos atendimentos, a conversar sobre o caso de violência intrafamiliar. Já sua mãe relata no atendimento social que o maior medo deles,

os pais, era o de Maria se envolver em situações perigosas pelo fato de o namorado ser usuário de drogas. Durante a entrevista da pesquisa, a mãe de Maria fez um desabafo com tom de arrependimento, sobre a atitude de espancar os filhos para corrigi-los.

“ Muitas das vezes os pais, eu pelo menos acredito que 99% deles é tentando endireitar mesmo que seja errado, mesmo sabendo que não é com pancada que se endireita...” (mãe de Maria)

Os pais de Maria se preocupavam com o envolvimento da filha em situações perigosas, pelo fato de o namorado ser usuário de drogas, com o horário de saída e chegada da adolescente por ser muito nova e pelos lugares que ela freqüentava. O temor dos pais de que os filhos se envolvam em atividades ilícitas ou que sejam vítimas da violência urbana, por estarem em locais considerados perigosos ou em “más companhias”, pode impulsioná-los à prática da violência, até mesmo porque disciplinar, através da agressão física, é algo naturalizado na sociedade brasileira, sob o discurso de que se a conversa não surte o efeito desejado, a violência aparece como última solução. Como Arendt (1998) menciona, a violência tem um fim almejado, no caso da violência de pais contra filhos é manter o respeito e, conseqüentemente, a autoridade deles, pais. Para complementar a análise à luz da reflexão de Arendt (2001), vale salientar que: *“O pior inimigo da autoridade é, portanto, o desrespeito, e o modo mais seguro de miná-lo é a risada”* (Arendt, 2001, p.124).

Com o comportamento agressivo dos pais, a adolescente só piorava, fugia de casa, pulava o muro em busca da liberdade, muitas das vezes ia para casa de colegas cujas mães permitiam que as filhas saíssem. A adolescente estava em busca do novo, das novas vivências, queria sair do “ninho” e encontrava no grupo de amigos esse apoio, sobretudo porque algumas mães de suas colegas davam essa liberdade desejada por Maria a suas filhas, como sair sem hora para voltar, ir para os bailes sem compromisso.

“O grupo tem normas e costumes próprios que podem estar em desacordo com os da família, levando, às vezes, até ao uso de drogas. O grupo de amigos se torna uma forma de se contrapor ao controle familiar (...)” (Salles, 1998, p.65).

Veja-se o relato da adolescente:

“... eu queria morar com minhas colegas,... a mãe delas liberava...” (Maria)

Para se complementar a análise do caso, faz-se necessário informar que o pai da adolescente foi chamado para o atendimento psicossocial, porém as técnicas responsáveis (Assistente Social e Psicóloga) perceberam não haver necessidade de o acompanhamento ser com ele, pois a mãe de Maria estava sempre presente, além do fato de ele trabalhar durante a noite e usar as manhãs para seu descanso.

Maria resolveu ir morar com o namorado e recebeu o apoio dos pais dele. Durante algum tempo a adolescente foi novamente vítima de violência física, desta vez por parte do namorado. As brigas eram constantes por causa de ciúmes, o que a levava a refletir sobre a volta para casa, segundo os relatos registrados na ficha social. Mesmo com sua saída de casa, a relação pais e filha começou a melhorar com os atendimentos no Programa Sentinela. De acordo com o relato da responsável, Maria a visitava, voltou a conversar com o irmão e com o pai e a família começou a se entender. E em relação ao namorado, as brigas só cessaram com a gravidez dela.

Os pais de Maria deram apoio à filha durante todo período de gestação, quando o bebê nasceu a adolescente passou 15 dias na casa da mãe, de modo que pudesse se adaptar a essa nova fase de sua vida. O presente caso foi arquivado em 13/11/06, pois os técnicos perceberam que a família já conseguia lidar com as situações de conflito dialogando. Maria está residindo na casa da sogra com o namorado, mas seus pais sempre estão presentes visitando-a.

Vânia (14 anos)

Data de inclusão do caso no Programa: 06/07/05

Situação: em acompanhamento

Vânia foi encaminhada pelo Conselho Tutelar em face do abuso sexual sofrido pelo padrasto. Na ficha social da adolescente, no Programa Sentinela, está o relato da vítima sobre a violência física cometida pelo padrasto como forma de intimidação, por isso percebeu-se a importância de convidar a adolescente para participar da pesquisa. Contudo, no decorrer da entrevista, a adolescente revelou apanhar da mãe com vara, chinelos e correia em várias

partes do corpo. Segundo a adolescente, isso acontece pelo menos uma vez por mês, ou seja, pode-se caracterizá-la como uma vítima de violência física intrafamiliar, apesar de o registro no Programa Sentinela sinalizar somente com o indicativo de violência sexual.

A adolescente Vânia é de raça negra, reside com a mãe e o irmão. A mãe da adolescente tem 29 anos, ensino médio incompleto e trabalha como doméstica e recebe R\$ 300,00, a única renda familiar (a renda mensal não chega a 01 salário mínimo, então a situação econômica da família faz-se presente no gráfico 5, junto com outras famílias atendidas no Programa). A família reside numa casa de alvenaria, com dois cômodos, sem rede de esgoto, dentro do quintal dos avós maternos junto com outros familiares. A genitora de Vânia foi mãe na adolescência, aos 16 anos de idade estava grávida de Vânia, fato que limitou sua adolescência. De acordo com os registros na ficha social, a mãe de Vânia conheceu o agressor quando estava grávida de Vânia, porém sua mãe (avó de Vânia) não permitiu o namoro por causa da gestação: eles se separaram, reencontrando-se nove anos depois e resolveram casar.

A genitora da adolescente não compreendia o motivo que levava Vânia a pedir para eles saírem da casa onde moravam. A princípio a genitora achou que se tratava de ciúmes da adolescente, porém o agressor começou a dizer para a mãe de Vânia que a adolescente tinha sido abusada pelo ex-companheiro dela, depois inventou uma nova história, dizendo que a adolescente havia sido abusada por amigos da escola. Diante esses boatos a genitora resolveu levar a filha no médico e foi constatada a possibilidade da adolescente ter sofrido abuso sexual. Após a consulta, Vânia resolveu falar para a mãe sobre a violência que sofria do padrasto. Com a confirmação do abuso sexual, a mãe de Vânia resolveu se separar do companheiro, que veio a falecer três meses depois, de enfarto. O caso não foi exposto aos demais familiares como os avós e os tios, porque, segundo a genitora, nos relatos durante os atendimentos psicossociais, a família tinha o “sangue quente”, e temia os acontecimentos. Em um dos atendimentos, a adolescente relatou à Assistente Social, que acompanhava o caso naquele período (julho de 2005), que não gostava de falar sobre a violência sofrida, pois isso a incomodava.

Na leitura da ficha social e psicológica percebeu-se, nos relatos da genitora registrados pela técnica, um bom relacionamento com a filha, porém ao longo dos acompanhamentos a relação conflituosa entre mãe e filha foi se tornando mais explícita, a ponto de as mesmas técnicas registrarem a existência

de “*vínculos estreitos*” (expressão usada pela Psicóloga que acompanha o caso, após um dos atendimentos psicológicos com a mãe de Vânia) entre mãe e filha.

As principais reclamações da adolescente sobre sua mãe, ao longo dos atendimentos psicossociais, era quanto à troca constante de namorados que a mesma levava para casa. Já as reclamações da genitora eram quanto à rebeldia de Vânia. A Psicóloga destacou na ficha de atendimento da adolescente a tristeza de Vânia. Durante o diálogo entre ela e a técnica, mencionou que estava procurando se acostumar com o namorado da sua mãe. Durante a leitura das fichas de atendimentos de Vânia pôde-se observar o distanciamento entre mãe e filha, no que tange à vida pessoal de ambas. Vale refletir até que ponto essa troca de parceiros seria uma forma de a genitora viver a sua adolescência tardiamente, pois foi mãe aos 16 anos de idade. No entanto, essa vivência da mãe como uma adolescente incomoda Vânia, porque o adolescente quer ver o adulto como aquele que lhe ofereça segurança e não aquele que disputa com ele, em termos de vivências.

“O que mais magoa os adolescentes é ver os pais viverem segundo a imagem dos filhos e dispendo-se a concorrer com eles. É o mundo às avessas. Hoje os homens têm amiguinhas da idade de suas filhas e as mulheres gostam de agradar os colegas de seus filhos, exatamente porque não viveram sua adolescência. Prenderam-se à identidade de seus filhos” (Dolto, 1990, p.46).

Atualmente Vânia está namorando. Durante a entrevista relatou ter ciúmes do namorado com a mãe, diz ser muito ciumenta e não gostar dessa aproximação entre os dois (mãe e namorado). Num dos atendimentos psicológicos, conforme a descrição da Psicóloga na ficha de acompanhamento, cujo assunto foi o namoro da filha, a genitora salientou conversar de tudo com a filha, informa e explica sobre várias “coisas”, e se subentende que uma dessas “coisas” seria sexo e relação sexual durante o namoro. Apesar de ser uma família de organização moderna, onde a mãe é a responsável pela manutenção da casa e cuidados com os filhos e ter relações amorosas fragilizadas, de pouca duração, a genitora não conseguiu romper com o tabu existente entre mãe e filha, quando o assunto é sexo. Poder-se-ia dizer que seria um novo modelo de organização familiar, mas com algumas características de comunicação e repasse de valores conservadores.

Cabe sinalizar que:

“ famílias chefiadas por mulheres correspondem a 11,1 milhões de famílias. Uma em cada quatro famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Nesse universo, a maioria das mulheres responsáveis pelo domicílio está em situação monoparental.” (Vitale, 2002, p.49)

Durante a entrevista, Vânia mostrou-se aberta a discussões sobre a relação entre pais e filhos, sobretudo com casos de violência física, e revelou que apanha de sua mãe quando faz coisas “erradas”, que gostaria de ter mais diálogo com a mãe que, ao invés de bater nos filhos, os pais deveriam conversar mais com eles. É válido destacar que a necessidade de diálogo entre mãe e filha foi um dos assuntos abordados pela Psicóloga em um dos atendimentos à genitora de Vânia.

Durante a entrevista suas respostas foram objetivas e curtas, com pausas para a reflexão de suas respostas, houve momentos em que a adolescente utilizava de gestos para responder, ao invés da linguagem falada, sobretudo quanto à relação entre ela e a mãe, o que evidenciou ser algo não resolvido e que a fazia sofrer, apesar de manter sempre uma postura firme ao tratar do assunto.

“(…) É a visão do gesto encarnado no corpo e a visão do corpo impregnado de gesto que conta. Em outras palavras, o corpo habitando o gesto e o gesto habitando o corpo, um veículo de ação no mundo” (Carvalho, 1991, p.58).

5.5

Percepções das adolescentes sobre a violência física sofrida

Como ressaltado no capítulo II, a violência possui múltiplas manifestações, e o estudo das percepções sobre a violência física sofrida efetiva o movimento de ir para além do imediato, porque captam as falas das adolescentes e desvelam os motivos impulsionadores para suas percepções presentes, reconhecendo a influência dos fatores históricos, culturais e sócio-econômicos.

Apresentar-se-á, finalmente, o discurso (as falas) das duas adolescentes, *Maria* (15 anos) e *Vânia* (13 anos), sobre o fenômeno da violência física intrafamiliar, cujas falas mostram suas percepções sobre a violência, a relação entre pais e filhos e outros aspectos considerados importantes para o estudo. Cabe salientar que manteve-se o nível informal da fala das adolescente. E a

exposição foi organizada seguindo o roteiro proposto para a entrevista, possibilitando retratar o ponto de vista das adolescentes (sujeitos de sua história), que por sua vez encontra-se impregnado de significados particulares, que revelam o seu sentido e a sua potência social, articulando-o às formas de expressão da violência, das mais agudas às mais banalizadas e aos lugares de sua manifestação. Nesse sentido, os achados das entrevistas permitiram trazer à tona cinco conjuntos de percepções apreendidas sobre o fenômeno estudado e os argumentos que as justificam. Tais como:

1. Concepções da violência, que correspondem às respostas dadas às questões formuladas: O que é violência para você? Quando ocorre? O que é violência doméstica? O que é violência física?
2. Visões relacionadas à educação na família – Como criariam seus filhos? Como vê a educação que seus pais empregam com você?
3. Considerações sobre o Programa Sentinela;
4. Sobre sonhos;
5. Sobre a disciplina: “Aprontar” e “Conversar”;

Com base nesses conjuntos a exposição da equipe prosseguirá.

1. Concepções da violência, que correspondem às respostas dadas às questões formuladas: O que é violência para você? Quando ocorre? O que é violência doméstica? O que é violência física?

Violência - O que é violência para você? Quando ocorre?

De acordo com Da Matta (1982), o senso comum vê a violência doméstica como uma forma de maldade humana, em que um membro familiar, incorporado do sentimento de superioridade, impõe sua vontade, sobre o outro considerado fraco. Já a violência ocorrida na rua seria aquela em que o indivíduo agiria como prática de “justiça” com as próprias mãos, quando a lei falha ou é inexistente. Em ambos os casos, pode-se perceber que o senso comum tende

a referir-se à violência física propriamente dita, porque existe uma certa dificuldade em mencionar, ou até mesmo em caracterizar, as outras manifestações de violência (sexual, psicológica, negligência e social) como tal.

Contudo os indivíduos têm uma certa facilidade de falar da violência física materializada no espaço da rua, por ser algo que não vitimiza somente a eles ou a suas famílias e há uma maior publicização dos meios de comunicação. No entanto, quando a violência física acontece no recinto doméstico, existe resistência das vítimas e de membros familiares para mencionarem o assunto, pois é um fenômeno que tende a ser percebido pelo conjunto familiar como privado, ou seja, diz respeito àqueles que o vivenciam e, muitas das vezes, o ato nem é percebido como violência, mas como um veículo disciplinar. Para complementar, cabe ressaltar que violência física é toda aquela violência cujo indivíduo utiliza força física para impor sua vontade sobre o outro, abafando-o e coisificando-o, podendo deixar marcas visíveis no corpo da vítima.

Maria e *Vânia* em suas falas reafirmam o pensamento do senso comum de pensarem em violência física ao caracterizar a categoria violência, quando mencionam suas percepções sobre ela, dão exemplos de violência física. No que tange aos motivos para a manifestação da violência, elas os sinalizam de acordo com suas vivências ou comportamentos familiares. Para *Maria*, a violência acontece quando existe desobediência ou o uso de drogas, dois fatores presentes na sua vida e que impulsionaram a violência dos pais (desobediência) e do companheiro (dependência química) contra ela. Observe-se:

“... Violência é briga, discussões, agressões, muita coisa... tem gente que provoca, às vezes por usar drogas fica agressiva,... depende... por ser desobediente” (Maria).

“Briga não leva em lugar nenhum... melhor conversar... brigar não...” (Maria).

Vânia pertence a uma família de “sangue quente”, como sua mãe ressaltou num determinado atendimento, então a adolescente percebe a violência como uma ação provocada pelo sentimento de raiva, de intemperança, motivada por alguém que faz algo ruim e de que o outro não gosta.

“... briga de sair no tapa, de matar... briga acontece na rua, no colégio e dentro de casa..., matar quando a pessoa faz uma coisa bem ruim, aí a outra fica com muita raiva...” (Vânia)

As adolescentes não caracterizaram as outras formas de violência, que vivenciaram e vivenciam no seu cotidiano, pois numa relação de conflito com manifestação de violência não haverá apenas a materialização de uma forma do fenômeno, mas a vitimização tende a ser pelos diversos tipos (sexual, psicológica, negligência) e as formas são interdependentes e, portanto, se complementam para o fim desejado. Exemplificando: *Maria* e *Vânia*, ambas possuem relatos de violência psicológica, os pais de Maria através da fala tentavam impor sua decisão, já a genitora da Vânia utiliza de gritos para corrigir, para “disciplinar”.

Violência doméstica - O que é violência doméstica?

Para apresentar e analisar as falas das adolescentes, vale salientar que a violência doméstica é toda aquela forma de violência manifestada no seio doméstico, por pessoas com ou sem laços consangüíneos, mas que têm uma aproximação íntima com a vítima, podendo ser materializada nas seguintes tipologias: física, sexual, psicológica e negligência, na relação de pais contra filhos, filhos contra pais, maridos contra esposas, esposas contra maridos dentre outras relações. Vânia mencionou tanto a violência cometida por pais contra filhos, mas também dos maridos contra as esposas. Destaque-se a fala da adolescente sobre a violência doméstica contra a mulher:

“... bom um exemplo, o marido bebe, a mulher não gosta, aí vai a mulher briga com o marido,... o marido como tá chapado, como sempre, o marido briga com a mulher...” (Vânia).

Sem a pretensão de discutir o assunto da violência doméstica contra a mulher, cabe ressaltar a perpetuação da violência na situação de *Maria*. Maria foi vítima das punições físicas dos pais e, mais tarde, ao ir morar com o companheiro, é violentada fisicamente. Ela até pensou em retornar à casa dos pais, mas depois mudou de idéia. Tendencialmente, as mulheres vitimizadas pelos companheiros acreditam que eles não mais irão agir dessa forma, após promessas de não repetição do ato de violência, pois admitem tratar-se de um ação momentânea ou de um período de estresse do companheiro, por isso relutam em buscar ajuda e romper com a violência. *“Mais do que a diferença na percepção da natureza da violência, há uma grande diversidade no grau de tolerância com as suas manifestações”* (Silva, 200, p.14). A autora citada

ênfatiza a questão da tolerância dentro do círculo de violência tanto das vítimas como dos familiares, amigos e/ou vizinhos em presenciar a vitimização da pessoa, cujas formas de reação podem ser diversas. Dentro deste contexto destaca-se o fato de que cada pessoa possui uma capacidade de tolerar a violência no aspecto físico, social e psicológico, mas, muitas vezes, a expressão do término da tolerância pode ser o suicídio da vítima ou homicídio praticado pelo agressor à vítima, pois o corpo da mesma pode não suportar mais os maus-tratos.

Retomando a análise da violência de pais contra filhos, destaca-se a expressão das próprias vítimas sobre a violência sofrida. Na verdade elas começam a manifestar sua intolerância de diversas formas, seja com o aumento da agressividade, como aconteceu com *Maria*, seja com o desejo de fugir de casa, como verbalizou *Vânia*, ou da depressão e outras conseqüências observadas. Os relatos das adolescentes justificam os motivos que impulsionam os pais a bater nos filhos, pois vêem a violência doméstica como um mecanismo extremo utilizada pelos pais para conter algo de “errado”. Veja-se o relato de *Vânia*:

“Ela não é de brigar a toa a toa não... só quando eu apronto coisa terrível, quando não aqueça mais, aí ela me dá umas correadas, umas varadas, chineladas...”
(*Vânia*).

A justificativa, na verdade, aparece como uma forma de proteger os pais da estigmatização de serem ruins, maus e não porque acreditam, realmente, que aquela foi a melhor forma de correção adotada por eles. Expressam, também, a necessidade de acreditar que os pais queriam o melhor para eles, queriam protegê-los, por isso agiram com práticas agressivas. Não se tem a pretensão de caracterizar uma visão maniqueísta dos agressores, mas chamar a atenção para a necessidade das vítimas defenderem a figura dos pais perante os outros e de acreditarem que os seus pais não os odeiam, agiram violentamente por amor. Cabe salientar a existência de vários pais que agridem os filhos guiados por uma preocupação excessiva de protegê-los, como foi o caso dos pais de *Maria*.

Maria, com base na sua própria vivência, diz não gostar das agressões, mas justifica o ato.

“... eu só não queria que ele me batesse, ainda mais meu irmão,... meu irmão me batia muito, minha

mãe que separava, ele me batia pra caramba, ... eu também aprontava, eu também aprontava...” (Maria).

Violência física - O que é violência física?

A violência física é um tipo de violência que necessita de desprendimento de ação física, em que se utilizam objetos para agredir a vítima, tais como: escova de cabelo, ferro quente de passar, toalha molhada e outros que a ferem. Existem casos em que o intuito do agressor é maltratar realmente a vítima, mas em outros a intencionalidade da ação não é machucar o adolescente e sim “corrigir”, porém, em face do descontrole do agressor, as punições físicas podem proporcionar graves conseqüências, até a morte do adolescente.

As autoras Costa e Souza (2004) sintetizam o conceito de violência física intrafamiliar elaborado por Guerra (1995), Marques (1994) e Monteiro Filho e Phebo (1997) e Souza (2001), ressaltando que:

“Entende-se por violência física intrafamiliar contra a criança qualquer ação, única ou repetida, não-acidental (ou intencional), perpetrada por agentes circunscritos à família ou convívio diário e direto com a criança, seja adulto (pai e mãe, legítimos ou adotivos, padrastos ou madrasta) ou contra criança/adolescente (mais velho ou não) e que deixe ou não marcas físicas nela, motivada por fatores conscientes (ferir, danificar ou destruir a criança) e/ou inconscientes” (Costa e Souza, 200, p.35).

As conseqüências do fenômeno para o adolescente podem ser graves, pelo fato de ser uma fase transitória entre o universo infantil e o adulto, marcada pelos lutos (perdas) do corpo infantil, da identidade e do papel e dos pais da infância, conforme mencionado no capítulo III. Essas perdas proporcionam depressão, insegurança, incertezas que, em alguns adolescentes, podem ser acentuadas com a vitimização. E a violência física, normalmente, aparece no seio familiar como uma prática naturalizada de correção, de “disciplina”, quando os filhos fazem algo considerado “errado”, como salienta Vânia:

“... ninguém vai apanhar à toa...quando apanha é porque fez alguma coisa errada e o pai não gostou, a mãe e a avó...” (Vânia).

Conforme o relato de *Maria*, os pais baterem nos filhos é uma forma de violência física, mas para *Vânia*, vê-la como tal só acontece quando ela não tenha feito nada de “errado”.

Elas mencionam momentos de violência física cometida pelos responsáveis. *Maria* relata a surra aplicada pelo pai, e *Vânia* salienta que quando a mãe percebe não ter alcançado o fim almejado com os “gritos”, ou seja, com a violência psicológica, utiliza a surra. É importante destacar a existência da violência de maior incidência, porque no círculo de violência as múltiplas formas de sua manifestação se atravessam como ficou evidenciado na situação de *Vânia*. Observem-se os relatos de *Maria* e *Vânia*:

“... me bateu porque fiquei três dias fora de casa, na casa da minha colega sem falar nada, ele entrou no banheiro, eu não tranquei,... mas ele sabia que eu tinha fugido... não sabia aonde eu tava e nem quiseram saber aonde e foi logo me batendo” (Maria).

“... se for eu mesmo, eu vou dar todo apoio a minha mãe, porque eu estava errada...ela grita muito e isso me incomoda... e se não resolver ela bate na perna, na cabeça...” (Vânia).

A violência física existe dentro dos lares em que o consenso está sob ameaça, e o diálogo entre pais e filhos é praticamente inexistente. Há uma relação de hierarquia, sob o seguinte argumento: eu sou o pai e/ou a mãe e sei o que é melhor para você! E por ser uma relação hierarquizada vertical, a linguagem verbal entre pais e filhos, que deveria ser valorizada e horizontal, torna-se truncada, ninguém chega a um acordo.

Por fim, a violência física pode aparecer como uma linguagem de insatisfação dos pais à não aceitação dos filhos às suas determinações. “*A linguagem é a forma de comunicação das relações que os homens estabelecem entre si. Falar é reconstruir, com palavras, uma representação da realidade (...)*” (Salles, 1998:27).

2. Visões relacionadas à educação da família.

Filhos - Como criaria seus filhos?

Barros (2005) salienta que cada família irá possuir uma forma de comunicação peculiar ao contexto cultural, político e sócio-econômico. Dentro dessa forma de comunicação familiar, existem pais que reproduzem o seu próprio modelo educacional, isto é, tendem a avaliar os homens que são na sociedade, homens de “bem”, respeitados e honestos, como uma consequência da criação recebida de seus pais, e, como querem que seus filhos sejam também pessoas respeitadas e sigam um “bom” caminho, irão adotar os mesmos mecanismos de “educação” que seus pais utilizaram com ele. Existem pais que, ao avaliar o modo de criação usado por seus pais buscam rompê-lo, por não condizer com a sua forma de pensar e perceber a relação pais e filhos e adotam uma postura educacional diferenciada com seus filhos. Ao buscar a reflexão das adolescentes, a preocupação da autora foi justamente avaliar como elas gostariam de criar seus filhos e observar qual a perspectiva de reprodução educacional adotariam. As adolescentes não se furtaram de responder a essa questão.

Maria relata que não bateria no filho, caso ele fizesse as mesmas coisas que ela fez, e mostra em sua fala que adotaria a conversa, o diálogo como método educacional, porque a partir de sua vivência familiar percebeu que as punições físicas não corrigem, mas revoltam o filho e o estimulam a adotar posturas mais agressivas e rebeldes.

“... bater eu não ia bater não... não adianta bater por isso... sei lá... ia ter uma conversa... ia levar para algum lugar...” (Maria).

No que se refere à *Vânia*, ela mostrou na sua fala que adotaria a mesma atitude da mãe de violência física com os filhos, quando julgasse necessário, ou melhor, quando a conversa não alcançasse o fim almejado. Logo, ela reproduziria a forma de “educar” praticada pela genitora.

“... se eu já falei e ele não me ouviu ia bater... ia brigar mas não muito...ia bater quando fosse necessário...” (Vânia).

Cabe ressaltar que durante a entrevista com *Maria*, o filho que a acompanhara estava jogando todos os brinquedos no chão e isso a incomodou, então deu um tapa na mão do bebê para corrigi-lo, para ele não jogar mais o brinquedo no chão. Para muitos pais, a palmada não é uma forma de violência física pois está dentro dos recursos para educar (Gonçalves, 2003). Eles

consideram violência o que seria o abuso da punição física e chegam a condenar aqueles que utilizam castigos corporais severos para disciplinar os filhos. E a atitude de *Maria* é uma resultante da influência sociocultural de “correção” das crianças e adolescentes, através das palmadas, por isso ela não vê a palmada com o mesmo olhar que as punições físicas que recebeu dos seus pais e irmão. A cultura da utilização de punições físicas com cunho “educativo”, mesmo que seja uma palmada, está historicamente instituída e necessita ser enfrentada na sociedade brasileira.

Pais - O que acha da educação de seus pais com você?

A adolescência é um período da fase transitória do homem entre o universo infantil e o adulto, em que o adolescente busca a sua auto-afirmação e a construção de sua identidade. Muitas vezes o veículo para ele alcançar essa auto-afirmação é a negação dos valores, das normas e visões do seus pais, por serem estes os responsáveis pela socialização. Mas essa negação pode acontecer de forma pacífica ou com agressões, irá depender da personalidade e das vivências de cada sujeito. Para determinados pais possuir um filho adolescente é sinônimo de aborrecimento, pois vêem o adolescente como aquele indivíduo “aborrecente” que tudo questiona e não aceita facilmente as imposições e as regras apresentadas pelas instituições (família, escola, Igreja e Estado). Entretanto, na contemporaneidade, há pais que não percebem apenas a adolescência como um problema, mas se deparam com a questão da perda gradativa de sua autoridade com os filhos adolescentes.

Segundo Neil Postman (1990), essa perda de autoridade deve-se ao processo de socialização divulgado pela mídia, que não deixa espaço para os pais fazerem seu papel de transferência de conhecimentos cotidianos. Logo os adolescentes acham que sabem mais, em face das informações transmitidas pelos meios de comunicação, e se desapegam aos conhecimentos de seus pais, acreditam que eles são “caretas”, não têm nada a oferecer-lhes em termos de conhecimento. Com o desapego das experiências dos pais e a sensação de segurança, os adolescentes assumem uma postura de rebeldia e não obediência aos pais e, em contrapartida, os pais se sentem fragilizados com a acentuada segurança dos filhos. Assim se instala a perda de autoridade dos pais sobre os filhos: os filhos se sentem superiores e não mais ouvem os pais, passando a

tomar atitudes e assumindo ações por conta própria. Os pais, por sua vez, perdem a condição de agir para mudar a situação e colocar limites.

Na contemporaneidade, vive-se uma sociedade “líquido-moderna” construída em tempos neoliberais, cuja cultura baseia-se no desapego, na descontinuidade e no esquecimento, o que proporciona relações afetivas fragilizadas, desvalorização dos saberes intergeracionais, ausência de continuidade das ações, os planos não são traçados para longo prazo, trata-se da cultura do momentâneo, do “para hoje”. *Maria* sinaliza vivências características dessa nova cultura, como: o seu desapego às experiências que seus pais poderiam lhe transmitir, através das conversas de aconselhamento, que ela não as escutava, bem como a descontinuidade dos estudos, por serem eles planos a longo prazo. A adolescente buscava o novo, o para hoje movida pelo anseio de viver aventuras. Entretanto, a adolescente manteve nas suas lembranças o aconchego do lar e por mais que esse espaço tenha lhe trazido algumas tristezas, em decorrência das punições físicas dos genitores, ainda se pôde vislumbrar ser esse um local para descansar e refletir sobre sua vida, sobretudo a conjugal. Durante a fala de *Maria* percebe-se certa culpabilização, por não ter valorizado o que seus pais lhe ofereciam. Veja-se:

“... eles queriam o melhor para mim, pagavam curso, colégio queriam me dar uma boa educação, eu que não quis.... parei de estudar, as vezes sinto falta da casa da minha mãe, aí vou lá, fico lá....” (Maria).

Vânia percebe o comportamento da genitora como uma expressão de seu amor para com ela, que não há um desapego na relação afetiva e nem uma descontinuidade. Através da fala da adolescente pode-se depreender a gratidão que ela tem por sua família e a segurança que sente junto a ela, pois sabe que a família sempre estará próximo a para protegê-la.

“... agradecia ela por tudo, porque tudo que ela tá fazendo por mim é sinal que ela gosta de mim...” (Vânia).

As adolescentes mostram amor pelos seus pais e reconhecem esse sentimento neles, razão pela qual têm dificuldades em relatar as práticas de violência física dos pais contra elas, justificando seus atos, pois para elas eles queriam seu bem.

3. Considerações sobre o Programa Sentinela

Programa Sentinela – Como você vê o Programa Sentinela?

Sabia-se que o fato de as entrevistadas serem alvo do Programa Sentinela iriam induzir suas falas em menor ou maior grau, levando respostas formais às indagações feitas, em especial, de forma a deixar claro que estavam sendo convidadas a dar sua opinião diferenciada e própria. Mesmo sendo difícil descartar a relação assimétrica entre a pesquisadora e a(s) adolescente(s), remeteu-se a atenção delas para a observação dos seus modos de agir durante a permanência no Programa. Esta estratégia visava a criar um clima de confiança e minimizar as influências de expectativas em torno do Programa.

O Programa Sentinela é um programa pioneiro no país, que realiza acompanhamento psicossocial às crianças e aos adolescentes vitimizados pela violência intra e/ou extrafamiliar e a seus respectivos familiares. O mesmo foi ganhando visibilidade social ao longo dos anos de sua implantação e é percebido pelas adolescentes entrevistadas e pela mãe de uma delas, *Maria*, como um espaço em que elas podem contar quando precisam e que trouxe mudanças na relação familiar. Apesar disso, porém tanto *Maria* como *Vânia* encontraram dificuldades para definir o Programa, apresentaram respostas curtas e objetivas. *Maria* disse:

“... ajudou... eu não voltei para casa, mas... o que eu tinha que mudar eu já mudei., quando entrei aqui ainda não estava grávida não, fiquei grávida depois...”
(*Maria*).

A relação temporal realizada por *Maria* quanto à gravidez e o período de entrada no Programa apontou, de maneira delicada, a necessidade de mais informações sobre sexualidade, métodos anticoncepcionais e outras questões referentes a sexo. Apesar de as técnicas terem conversado com *Maria* a respeito do assunto, como exposto nas fichas de acompanhamento, talvez a carência informativa e a timidez tenham impedido uma discussão acentuada.

Já a *Vânia* mostra em sua fala a mesma dificuldade encontrada no início do atendimento: a vergonha de estar naquele ambiente. O acolhimento às vítimas de violência intra e/ou extrafamiliar é importante para o desenvolvimento dos atendimentos, pois a vítima encontra-se fragilizada e sente-se estigmatizada por estar num programa que atende as vítimas de alguma modalidade de violência, sobretudo quando a violência notificada é o abuso sexual, em

decorrência da vergonha e do medo de achar que todos sabem de sua situação, o que mais a intimida.

“... nos primeiros dias me sentia envergonhada, bem muito, agora já estou acostumada...” (Vânia).

No Programa Sentinela, os profissionais tendem a direcionar seu olhar no acolhimento e na reflexão junto com a vítima, aos familiares e, em determinadas circunstâncias, aos agressores, para assim começar a traçar, gradativamente, um novo caminho de defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, a importância da existência de um Programa especializado está para além do oferecimento de um serviço de atendimento à criança e ao adolescente vitimizados e na proteção e defesa de seus direitos, mas sobretudo deve firmar-se na aproximação junto à família da vítima, pois a instituição familiar é uma das principais instituições de apoio, para que ela consiga superar as conseqüências decorridas da violência. Sobretudo quando o agressor é um membro familiar, o adolescente passa a viver um conflito, em relação ao sentimento da família por ele. Então, nesse momento, o acompanhamento da equipe técnica irá auxiliar esse adolescente e sua família a ultrapassar a relação de conflito e reconstruir os laços familiares.

4. Sobre sonhos

Sonhos - Você possui algum sonho?

Os adolescentes buscam inovar e sonhar sonhos para o presente ou para o futuro, diferentes dos adultos que, em face do cotidiano das relações de trabalho, do sofrimento e das frustrações naturalizam os acontecimentos e deixam até de sonhar, de planejar algo melhor para suas vidas, porque perderam a esperança. Para determinados adolescentes a meta é buscar a concretização de seus ideais, sem pensar nas dificuldades que encontrarão, pois a sua motivação os impede de ver os obstáculos. Por isso cabe aos profissionais (Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos e outros), que desenvolvem trabalho com esse segmento etário, e aos pais não deixarem que os sonhos desses adolescentes virem futuras frustrações, mas os chamem para refletir sobre os caminhos que deverão percorrer para concretizá-los. Muitos jovens aderem a atividades ilícitas por pensarem que esses são os caminhos mais fáceis e rápidos para concretizar seus desejos, porque a materialização deles

dependerá também do aparato da família, do grupo, da comunidade e, sobretudo, das condições estruturais (educação, saúde, assistência social e outros serviços) oferecidas pelo Estado.

As adolescentes, Maria e Vânia, expressaram durante as entrevistas seus sonhos para o futuro. Tais como:

“... Ter uma casa e um carro. Pretendo trabalhar como aquelas mulheres que faz a ficha no hospital, no computador...” (Vânia).

“... sonhos tenho vários. Sonhos simples de ter minha casa própria, porque moro na casa dos pais dele, de fazer uma faculdade de enfermagem...” (Maria).

Essa fala de Maria expressa o seu amadurecimento quanto à relação conjugal e familiar. Ela ainda apresenta, em determinadas instâncias, o desejo de aventuras, de curtição, características da adolescência, porém essas aspirações caminham junto com os planos familiares de uma vida mais confortável, de sua privacidade familiar e de independência financeira.

2. Sobre a disciplina: “aprontar” e “conversar”

A leitura cuidadosa do registro das falas das adolescentes fez emergir duas expressões de linguagem, significativas, para compreender a percepção delas a respeito do fenômeno da violência física sofrida e sua relação com a disciplina. São elas: “Aprontar” e “Conversar”. Aprontar diz respeito aos motivos que julgam provocadores da violência cometida contra elas e conversar seria a forma desejada para a relação entre pais e filhos.

“Aprontar” - Quais os motivos que levam uma pessoa a agir com violência física contra seu filho (a)?

Durante as entrevistas, as duas adolescentes utilizaram a palavra aprontar, diversas vezes, para justificar os maus-tratos físicos recebidos dos responsáveis. De acordo com Aurélio (1999), aprontar significa: 1. Concluir, 2. fazer travessuras (a criança); 3. ser infiel (o marido ou a mulher); 4. arrumar-se (Aurélio, 1999:50). A forma de caracterização do termo foi diferenciada: para Maria o “aprontar” se baseou na sua necessidade de buscar novas vivências,

mesmo sabendo serem perigosas, o que mostra uma infidelidade às normas e regras impostas pelos seus pais.

“... baile funk,... funk de morro, Nova Show.... eu comecei saindo com 13 anos, mas no começo, antes de conhecer o pai dele eu chegava cedo, minha mãe mandava eu chegar às 11:00 aí eu chegava 12:00... eu queria ir, eu fugia de casa, eu pulava muro... eu pulava muro...” (Maria).

A família cuja relação familiar não é horizontal, onde não há discussões entre os membros em prol de um consenso, o adolescente não se sente à vontade para conversar sobre os seus sonhos e desejos de aventuras, porque teme a repressão e o julgamento dos pais. Então, encontrará no grupo de amigos ou nos pais de seus amigos aquele acolhimento para o desabafo. Nem sempre os que o escutam e o aconselham possuem uma postura de direcionamento sadio para o seu desenvolvimento, na maioria das vezes, o adolescente tende a buscar o indivíduo que irá dizer o que ele quer ouvir e não o que ele precisa ouvir, o que pode até lhe dar segurança para “aprontar”, só que esse “aprontar” pode comprometer toda a sua vida nos aspectos físico, social e psicológico. Maria pode ser um exemplo: ela ansiava a aventura e encontrou no grupo de amigos e no namorado esse aconchego, porém suas atitudes poderiam envolvê-la em situações de brigas em bailes *funk*, dependência química e inserção em atividades ilícitas que comprometeriam sua trajetória.

Na fala de Vânia, pôde-se evidenciar que cada adolescente possui um desenvolvimento biológico, social e psicológico peculiar à sua natureza e às suas vivências. Vânia define como “aprontar” as suas travessuras, com algumas características da fase infantil, o que não foi evidenciado na fala de Maria. Essas travessuras não eram aceitas pela mãe, ao contrário, eram corrigidas com severidade. Observe-se o significado da palavra para Vânia:

“... quando o filho apronta, aí a mãe não gosta, a mãe fala e filho não ouve.... eu acho não, eu tenho certeza a mãe só quer o bem do filho, se já falou para o bem e não adiantou é uma forma de educar seu filho...” (Vânia).

“... jogar pedra na casa dos outros, quebrar o telhado, quebrar alguma coisa de casa... minha mãe não é de brigar a toa a toa não, só quando eu apronto coisa terrível, quando não aqueça mais, aí ela me dá umas correadas, umas varadas, chineladas...” (Vânia).

Maria e Vânia possuem quase a mesma idade, porém elas apresentaram formas diferentes de aprontar.

Conversar - Como é a sua relação com seus pais?

No decorrer das entrevistas, pôde-se depreender que a “conversa” desejada pelas duas adolescentes, Maria e Vânia, era aquela que corresponde ao diálogo, mas, simplesmente, o responsável incorporado da autoridade materna ou paterna busca convencer o adolescente daquilo que acredita ser “benéfico” para ele. Caso o adolescente não aceite e não coloque em prática tal “conselho”, o responsável muda o viés de sua conversa e opta pela violência física. O diálogo entre pais e filhos é de suma importância, pois os adolescentes sentem falta de expor a seus pais as suas ansiedades, dúvidas, incertezas, mas não querem ser julgados e/ou criticados. Eles sentem falta de uma relação respeitosa, em que ambos possuam fala e atitudes valorizadas. “O adolescente aceita as determinações quando há diálogo que leva ao consenso” (Salles, 1998, p.68). Destaque-se o relato de Maria:

*“... a gente conversava mais eu e minha mãe, por fim a gente não conversava mais, porque eu não aceitava...”
(Maria).*

Muitas das vezes a conversa, dependendo do tom e do conteúdo, incomoda e assume características de violência psicológica, porém a adolescente não percebe a fala de sua mãe como violência, mas reclama da forma como sua mãe falava com ela. Observe-se:

*“... ela grita muito... e isso me incomoda...”
(Vânia).*

“...minha mãe só fala... minha mãe não briga não... me dá um “esporrinho” de vez em quando mais nada...” (Vânia)

Existem famílias que, apesar de possuírem características modernas de relacionamento (como é o caso da família de Vânia), em decorrência da sua organização familiar mantêm uma relação hierárquica que impede a aproximação entre pais e filhos. O pai e a mãe se colocam num patamar de superioridade tão alto em relação aos filhos, que impedem qualquer possível diálogo. Mencionou-se ao longo deste estudo a perda de autoridade de alguns pais com seus filhos, diante do desapego dos filhos às experiências dos

mais velhos e à influência da mídia, entre outras. O fato é que existem responsáveis que não sabem usar a sua autoridade, acreditam que, impondo suas vontades e opiniões, mostrarão aos filhos quem manda no âmbito familiar. Essa é uma relação de autoritarismo que sinaliza a própria fragilidade da relação. O medo de perder o controle os impede de perceber o quanto a força desgasta a sua autoridade, pois aquele filho começa a querer adotar posturas de enfrentamento às ordens do pai e não mais obedece a elas. Dependendo da forma de enfrentamento, e se se tratar de pai inseguro, este perde o controle da situação, e o filho passa a conduzir a relação.

Maria salienta que seu pai não é muito de “conversar”. Durante a entrevista mostra sua insatisfação em relação à postura do genitor, nesse assunto a adolescente baixa o olhar e responde:

*“... meu pai não é muito de conversar não... meu pai é daquele que fica quieto, não fala muito não...”
(Maria).*

As adolescentes, Maria e Vânia, mostraram durante as suas entrevistas profundo sentimento afetivo pelos pais, defendendo-os e apoiando-os, afinal eles são sua família, mesmo que elas não aceitem determinadas posturas assumidas por eles. Tanto Maria como Vânia procuram não deixar brechas para os outros pensarem que os pais não as amam e até concordam que deveriam ser condenados pelos atos delas. As justificativas das punições físicas sofridas evidenciam a influência cultural, política e social do seu ambiente e significam para elas a proteção, sinalizando o modelo de educação adotado pelos pais. A necessidade de disciplinar certos comportamentos considerados prejudiciais é um componente reconhecido para educar. Veja-se a fala de Vânia:

*“... quando o filho apronta, aí a mãe não gosta, a mãe fala e o filho não ouve... eu acho não, eu tenho certeza a mãe só quer o bem do filho, se já falou par ao bem e não adiantou é uma forma de educar seu filho...”
(Vânia).*

Porém, mesmo com essa preocupação, as duas adolescentes não deixam de mencionar o desejo de serem educadas de outra forma, em que os pais conversassem mais com elas, não a “conversa” em que apenas um fala, o monólogo, mas, sim, o diálogo horizontal e respeitoso. Os adultos acabam querendo impor a seus filhos o que consideram correto, esquecendo-se de escutá-los e compreendê-los. A conjugação dessas percepções permite

compreender que Maria e Vânia reconhecem uma linha divisória entre as práticas punitivas como forma de disciplina, mas também são capazes de fazer a defesa de seu próprio método de educar e proteger; “conversar”, dialogar. A educação vivida cotidianamente é construída e reconstruída a partir de avaliações mútuas. A violência física aparece pela escassez do diálogo e da necessidade de imposição do adulto sobre o adolescente. Para complementar esta reflexão, apresenta-se um trecho da cartilha “Palmada já era!”.

*“Quando, durante uma discussão,
vejo o seu rosto queridíssimo
crispar-se pela fúria com que me grita:
“não se pode falar com você, não entende nada”,
fecho os olhos e evoco
imagens do seu álbum de fotografias.
Onde ficaram aqueles olhos admirados,
as mãos estendidas, o seu cabelo tão bem
penteado por mim?
Abro os olhos e, sim, estão aí, escondidos
de trás da sua jovem rebeldia.
Suspiro... e, com paciência,
continuo escutando você (Riba, 1996 in Azevedo e Guerra, 2005.)*